

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 8

Quinta-feira, 15 de Maio de 1978

SUMÁRIO

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional n.º 23/78/M:

Estabelece o regime jurídico das comissões parlamentares de inquérito da Assembleia Regional

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Decreto-Lei n.º 664/76:

Cria o Instituto Universitário da Madeira.

Portaria n.º 19/77:

Cria a Escola Secundária do Funchal para entrada em funcionamento no ano lectivo de 1976-77.

////////////////////////////////////

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional n.º 23/78/M

de 29 de Abril

Compete à Assembleia Regional da Madeira, nos termos da alínea *l)* do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, «vigiar pelo cumprimento do Estatuto e das leis e apreciar os actos do Governo e da Administração Regionais»; e, nos termos do artigo 229.º, alínea *h)*, da Constituição, compete às Regiões Autónomas «superintender nos serviços, institutos públicos e empresas nacionalizadas que exerçam a sua actividade exclusivamente na Região e noutros casos em que o interesse regional o justifique».

Os inquéritos parlamentares constituem um importante instrumento de acção parlamentar e de realização das atribuições da Assembleia Regional.

Torna-se, assim, necessário estabelecer o regi-

me jurídico das comissões eventuais de inquérito previstas no artigo 200.º do Regimento.

Nestes termos e de harmonia com o disposto na alínea *b)* do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, a Assembleia Regional da Madeira determina, para valer como lei:

ARTIGO 1.º

(Âmbito)

1 — Os inquéritos da Assembleia Regional têm por função vigiar pelo cumprimento da Constituição, do Estatuto Político Administrativo da Região e das leis, e a apreciação dos actos do Governo Regional e da Administração Regional.

2 — Os inquéritos parlamentares podem ter por objecto qualquer matéria de interesse público relevante para o exercício das atribuições da Assembleia Regional.

ARTIGO 2.º

(Iniciativa)

1 — Os inquéritos parlamentares só podem ser efectuados mediante deliberação expressa da Assembleia Regional.

2 — A iniciativa do inquérito compete:

- a)* Aos grupos parlamentares;
- b)* Às comissões especializadas da Assembleia;
- c)* A dez Deputados, pelo menos;
- d)* Ao Governo Regional, através do seu Presidente.

3 — Qualquer requerimento ou proposta de resolução tendente à realização de um inquérito deve indicar o seu objecto e os seus fundamentos, sob pena de rejeição liminar pelo Presidente da As-

sembleia, sem prejuízo de recurso, nos termos do Regimento.

4 — A resolução que determinar a realização de um inquérito será publicada no *Jornal Oficial* da Região.

ARTIGO 3.º

(Comissões parlamentares de inquérito)

Para cada inquérito parlamentar será constituída uma comissão eventual, nos termos do Regimento, a qual deverá apresentar o relatório no prazo fixado pela Assembleia, sem prejuízo da sua prorrogação a pedido da Comissão.

ARTIGO 4.º

(Substituições)

Os Deputados membros das comissões de inquérito só podem ser substituídos em virtude de perda, suspensão ou renúncia do mandato, ou em caso de escusa justificada.

ARTIGO 5.º

(Poderes das comissões)

1 — As comissões parlamentares de inquérito gozam de todos os poderes de investigação das autoridades judiciais.

2 — As comissões têm direito à coadjuvação das autoridades judiciais e administrativas, nos mesmos termos que os tribunais.

ARTIGO 6.º

(Local de funcionamento)

As comissões parlamentares de inquérito funcionam na sede da Assembleia Regional, podendo, todavia, funcionar ou efectivar diligências, sempre que necessário, em qualquer ponto do território nacional.

ARTIGO 7.º

(Publicidade)

1 — As reuniões e diligências efectuadas pelas comissões parlamentares de inquérito são secretas e só serão públicas quando estas assim o determinarem.

2 — Mediante autorização da comissão, o Presidente poderá prestar declarações públicas relativas ao inquérito.

3 — As actas das comissões só poderão ser consultadas após a apresentação do relatório final.

4 — Os depoimentos feitos perante as comissões não podem ser consultados ou publicados, salvo autorização do seu autor.

ARTIGO 8.º

(Convocação de pessoas)

1 — As comissões parlamentares de inquérito podem convocar qualquer cidadão para depor sobre factos relativos ao inquérito.

2 — As convocações serão assinadas pelo presidente da comissão ou, a solicitação deste, pelo Presidente da Assembleia Regional e deverão conter as indicações seguintes:

- a) O objecto do inquérito;
- b) O local, dia e hora do depoimento;
- c) As sanções aplicáveis aos faltosos pelo artigo 91.º do Código de Processo Penal.

3 — A convocação será pessoal ou feita sob forma de aviso para qualquer ponto do território, nos termos do artigo 83.º do Código de Processo Penal, devendo, no caso de funcionários, agentes do Estado ou de outras entidades públicas, ser efectuada através do respectivo superior hierárquico.

4 — A convocação de pessoas residentes fora da Região poderá ser solicitada ao agente do Ministério Público competente.

ARTIGO 9.º

(Depoimentos)

1 — A falta de comparência perante a comissão parlamentar de inquérito ou entidade que a substitua, ou a recusa de depoimento, só se terão por justificadas nos termos gerais da lei processual.

2 — A recusa de depoimento por parte de funcionários ou agentes do Estado e de outras entidades públicas só será admitida com fundamento em interesse superior do Estado devida-

mente justificado pela entidade hierárquica ou em segredo de justiça.

3 — A forma dos depoimentos rege-se pelas normas aplicáveis do Código de Processo Penal sobre prova testemunhal.

ARTIGO 10.º

(Garantias de trabalho)

Ninguém pode ser prejudicado no seu trabalho ou emprego por virtude da obrigação de depor perante a comissão parlamentar de inquérito, considerando-se justificadas todas as faltas dadas no cumprimento daquela obrigação.

ARTIGO 11.º

(Encargos)

As despesas de deslocação do convocado serão pagas por conta do orçamento da Assembleia Regional.

ARTIGO 12.º

(Sanções criminais)

1 — Fora dos casos previstos no artigo 9.º, a falta de comparência, a recusa de depoimentos ou o não cumprimento de ordens de uma comissão parlamentar de inquérito no exercício das suas funções são puníveis como crime de desobediência, nos termos da lei geral.

2 — Verificado qualquer dos factos previstos no número anterior, o presidente da comissão comunicá-lo-á ao Presidente da Assembleia, com os elementos indispensáveis à instrução do processo, para efeito de participação ao adjunto do procurador da República na Região.

ARTIGO 13.º

(Relatório)

1 — Findo o inquérito, a comissão elaborará um relatório contendo as respectivas conclusões.

2 — O relatório será publicado no *Diário da Assembleia Regional*.

ARTIGO 14.º

(Debate e resolução)

1 — As comissões parlamentares de inquérito, além do relatório, poderão apresentar à Assembleia Regional um projecto de resolução.

2 — Na Assembleia Regional será aberto debate, regulado nos termos do Regimento, sendo no final votados apenas os projectos de resolução que tiverem sido propostos.

3 — O relatório não será objecto de votação.

ARTIGO 15.º

O presente diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovado em 28 de Fevereiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 16 de Março de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Conforme o preceituado no art.º 8.º, alínea a), do Decreto Regional n.º 6/77/M, de 21 de Abril e em execução da Portaria n.º 49/77, de 29 de Novembro da Presidência do Governo Regional da Madeira, transcrevemos os seguintes diplomas:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Decreto-Lei n.º 664/76

de 4 de Agosto

Considerando ser já uma antiga e sempre válida aspiração dos Madeirenses a criação, a nível regional, de um instituto universitário;

Considerando que, no momento actual, o Governo está empenhado numa renovação e reestruturação do ensino a todos os níveis;

Considerando que a regionalização do ensino

superior, destinada a dotar as diversas zonas do País de unidades de ensino, investigação, extensão cultural e prestação de serviços à comunidade capazes de corresponder às necessidades da democratização do País e de um desenvolvimento regional equilibrado, é uma das grandes preocupações do Governo:

Cria-se agora o Instituto Universitário da Madeira, tendo presente que a insularidade da região implica a adopção de soluções particulares que o ajustem às realidades geoeconómicas e sociais do arquipélago.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea 3), da Lei Constitucional n.º 6/75, de 26 de Março, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. É criado o Instituto Universitário da Madeira, que tem por fim promover no arquipélago o ensino de nível superior, a investigação científica e tarefas de extensão cultural e de prestação de serviços à comunidade.

2. É integrada no Instituto Universitário a Academia de Música e Belas-Artes da Madeira, que sofrerá adequada reconversão.

3. A integração e reconversão referidas no número anterior obedecerão às normas que vierem a ser fixadas por decreto.

Art. 2.º O Instituto fica sujeito a um período de instalação com a duração de um ano, automaticamente prorrogável ano a ano.

Art.º 3.º — 1. É instituída uma comissão instaladora para o Instituto, que exercerá o seu mandato durante o período previsto no artigo anterior.

2. Fazem parte da comissão instaladora:

a) O reitor, que presidirá;

b) O administrador;

c) Cinco vogais nomeados por despacho do Ministro da Educação e Investigação Científica, dos quais três serão propostos pela Junta Regional da Madeira.

Art.º 4.º — 1. O reitor é livremente nomeado pelo Ministro da Educação e Investigação Científica por períodos de dois anos, renováveis.

2. O reitor designará de entre os membros da comissão instaladora aquele que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

Art. 5.º — Sem prejuízo da sua autonomia pedagógica e científica, o Instituto orientar-se-á pelas normas gerais dimanadas do Ministério da Educação e Investigação Científica, que, durante o período de instalação, fixará os cursos a iniciar e homologará os respectivos planos de estudo.

Art. 6.º — Desde já, enquanto não forem fixados os quadros a que se refere o n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, é atribuído ao Instituto o contingente de pessoal constante do mapa anexo ao presente diploma legal.

Art. 7.º — 1. O pessoal técnico, administrativo e auxiliar a que se refere o mapa anexo, ou seus aditamentos, é nomeado pelo Ministro da Educação e Investigação Científica, por proposta da comissão instaladora.

2. Os requisitos de provimento das categorias incluídas no mapa anexo serão definidos, no prazo de trinta dias, por decreto dos Ministros da Administração Interna e da Educação e Investigação Científica.

Art. 8.º O contingente de pessoal a que se referem os artigos anteriores pode ser alterado por portaria conjunta dos Ministros da Administração Interna, das Finanças e da Educação e Investigação Científica, sob proposta da comissão instaladora.

Art. 9.º — 1. O administrador e os directores de serviços académicos, técnicos e de documentação serão nomeados pelo Ministro da Educação e Investigação Científica, a título eventual, durante o período de instalação, de entre diplomados com curso superior adequado propostos pela comissão instaladora.

2. No caso de serem funcionários, a nomeação será em regime de comissão de serviço.

Art. 10.º — Em tudo quanto não contrariar o disposto neste diploma será aplicado ao Instituto o regime de instalação previsto no Decreto-Lei n.º 402/73 para as novas Universidades.

Art. 11.º — 1. Durante o período de instalação, os encargos financeiros serão suportados pelas dotações do orçamento do Ministério da Edu-

cação e Investigação Científica para os novos estabelecimentos de ensino superior.

2. Poderá ainda o Instituto receber dotações que lhe sejam atribuídas pela Junta Regional da Madeira.

Art. 12.º — Este decreto-lei entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

— *Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa* —
Francisco Salgado Zenha — *Vitor Manuel Rodrigues Alves*.

Promulgado em 13 de Julho de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, *Francisco da Costa Gomes*.

Mapa a que se refere o artigo 6.º
do Decreto-Lei n.º 664/76

Número de lugares	Cargos	Categorias
1	Reitor	A
1	Administrador	C
1	Director de serviços académicos ...	D
1	Director de serviços técnicos	D
1	Director de serviços de documentação	D
(a)	Professores	—
(a)	Investigadores	—
(a)	Técnicos	—
2	Primeiros-bibliotecários	H
1	Segundo-bibliotecário	I
3	Primeiros oficiais	L
5	Segundos oficiais	N
5	Terceiros oficiais	Q
3	Catalogadores de 1.ª classe	Q
6	Escriturários-dactilógrafos	S
1	Motorista	S
3	Telefonistas	S
6	Contínuos	T

(a) O número de lugares e as respectivas categorias serão fixados por despacho do Ministro da Educação e Investigação Científica, de acordo com o disposto nos artigos 24.º, 25.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 402/73 e com o disposto no presente diploma.

O Ministro da Educação e Investigação Científica, *Vitor Manuel Rodrigues Alves*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Portaria n.º 19/77

de 18 de Janeiro

Considerando o aumento de população em idade escolar residente na cidade do Funchal e seus arredores;

Considerando que os estabelecimentos de ensino secundário daquela cidade (Liceu Nacional e Escola Industrial e Comercial) atingiram já a frequência de 3 500 alunos;

Considerando o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 260-B/75, de 26 de Maio;

Ouvido o Governo da Região Autónoma da Madeira:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Educação e Investigação Científica, o seguinte:

1 — É criada e entra em funcionamento no ano lectivo de 1976-1977 a Escola Secundária do Funchal.

2 — O quadro do pessoal docente da Escola Secundária do Funchal é o que consta do mapa n.º 1 anexo à presente portaria.

3 — O quadro do pessoal administrativo e auxiliar da Escola Secundária do Funchal é o que consta do mapa n.º 2 anexo a esta portaria.

4 — Passa a ser ministrado na Escola Secundária do Funchal o curso geral dos Liceus.

5 — É aplicável à Escola Secundária do Funchal toda a legislação vigente relativa a escolas secundárias.

Ministério das Finanças e da Educação e Investigação Científica, 31 de Dezembro de 1976. — O Ministro das Finanças, *Henrique Medina Carreira*. — O Ministro da Educação e Investigação Científica, *Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia*.

Mapa n.º 1 a que se refere o n.º 2 da Portaria n.º 19/77, desta data

Escolas secundárias	Grupos e especialidades																						
	1.º grupo	2.º grupo		3.º grupo	4.º grupo		5.º grupo	6.º grupo	7.º grupo	8.º grupo		9.º grupo	10.º grupo		11.º grupo		12.º grupo	Técnico especialista	Grupo A	Grupo B	Educação Física	Canto Coral	Regente de trabalho
		A	B		A	B				A	B		A	B	A	B							
Funchal	8	—	—	—	6	—	6	—	—	8	4	4	6	—	2	8	8	—	—	—	4	—	—

Mapa n.º 2 a que se refere o n.º 3 da Portaria n.º 19/77, desta data

Escolas secundárias	Pessoal administrativo				Pessoal auxiliar	
	Primeiro-oficial	segundo-oficial	Terceiros-oficiais	Escriturários-dactilógrafos	Contínuos	Serventes
Funchal	1	1	2	4	10	10

O Ministro das Finanças, *Henrique Medina Carreira*. — O Ministro da Educação e Investigação Científica, *Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia*.

Preço deste número: 9\$00

<p>«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»</p>	<p style="text-align: center;">A S S I N A T U R A S</p>		<p>«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»</p>
	<p>As duas séries Ano 1 100\$</p>	<p>Semestre 650\$</p>	
	<p>A 1.ª série 650\$</p>	<p>> 350\$</p>	
	<p>A 2.ª série 650\$</p>	<p>> 350\$</p>	
	<p>Suplementos — preço por página, 1\$50</p>		
	<p>Preço avulso — por página, 1\$50</p>		
	<p>A estes valores acrescentam os portes de correio</p>		